



ri.taesa.com.br

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

1T26



Eficiência que impulsiona.

Resultados do 1º trimestre de 2026



Rio de Janeiro, 6 de maio de 2026

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2026.

Destaques do Trimestre



Receita Líquida Reg.
R\$ 655,5 milhões (+9,6%)



EBITDA Reg.
R\$ 562,1 milhões (+10,3%)



Margem EBITDA Reg.
85,8% (+0,5pp)



PV de 0,42% da Receita de Transmissão 1T26
R\$ 3,1 milhões (-54,8%)



CAPEX
R\$ 312,2 milhões (+16,6%)



Lucro Líquido Reg.
R\$ 192,6 milhões (+2,3%)



21ª Emissão de Debêntures
no total de R\$ 800 milhões



Anúncio de Proventos
R\$ 192,6 milhões



Entrada em operação parcial de Tangará e total do reforço da ATE III
+R\$ 41,8 MM de RAP autorizada total

Videoconferência de Resultados

Quarta-feira, 7 de maio de 2026
11h00 (BRT) | 10h00 (NYT)

Webcast em Português: [Clique aqui](#)
Português com tradução simultânea para o inglês

Contatos RI:
investor.relations@taesa.com.br
<https://ri.taesa.com.br/>
+55 21 2212 6000

Resultados do 1º trimestre de 2026



ÍNDICE

1.	RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO.....	4
2.	VISÃO GERAL.....	6
2.1.	Estrutura Societária.....	6
2.2.	Estrutura Societária TBE.....	7
2.3.	Estrutura Societária AIE.....	7
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	8
3.1.	Desempenho Operacional	8
3.2.	Ciclo da RAP 2025-2026.....	9
3.3.	Resultado Regulatório.....	11
3.3.1.	Receita Líquida	11
3.3.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização.....	12
3.3.3.	EBITDA e Margem EBITDA	13
3.3.4.	Composição do EBITDA	13
3.3.5.	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	14
3.3.6.	Resultado Financeiro Líquido	15
3.3.7.	Impostos.....	16
3.3.8.	Lucro Líquido	18
3.4.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	19
3.5.	Endividamento	20
3.6.	Empreendimentos em Implantação	22
3.6.1.	Investimentos	23
3.6.2.	Premissas Divulgadas.....	24
3.6.3.	Status dos Projetos.....	25
3.7.	Resultado Societário (IFRS)	28
3.7.1.	Receita Líquida	28
3.7.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização.....	30
3.7.3.	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	31
3.7.4.	Resultado Financeiro Líquido	31
3.7.5.	Impostos.....	32
3.7.6.	Lucro Líquido	33
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	34
4.1.	Valor Residual.....	34
4.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS).....	35
4.3.	DRE 1T26	36
4.4.	DRE Regulatório 1T26 (Subsidiárias).....	37
4.5.	DRE IFRS 1T26 (Subsidiárias).....	38
4.6.	Conciliação DRE IFRS x Regulatório.....	39
4.7.	Balanço Patrimonial	40
4.8.	Fluxo de Caixa Regulatório.....	41
4.9.	Fluxo de Caixa IFRS.....	42

Resultados do 1º trimestre de 2026



1. RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Regulatório Consolidado			
R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	725,4	669,6	8,3%
Parcela variável	(3,1)	(6,7)	-54,8%
Outras receitas operacionais	0,3	0,4	-21,1%
Receita operacional bruta	722,7	663,3	9,0%
Deduções da receita bruta	(67,2)	(65,4)	2,7%
Receita operacional líquida	655,5	597,9	9,6%
Custos e Despesas	(93,4)	(88,3)	5,8%
EBITDA	562,1	509,6	10,3%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>85,8%</i>	<i>85,2%</i>	<i>0,5 pp</i>
Depreciação e amortização	(128,5)	(90,4)	42,1%
EBIT	433,7	419,2	0,6%
Resultado de equivalência patrimonial	90,4	98,5	-8,2%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(308,3)	(344,3)	-10,4%
Resultado antes dos impostos e contribuições	215,8	173,5	24,4%
Imposto de renda e contribuição social	(23,2)	14,8	-
Lucro líquido do exercício	192,6	188,3	2,3%

Regulatório Consolidação Proporcional			
R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	1.004,2	932,1	7,7%
Parcela variável	(3,4)	(7,7)	-56,3%
Outras receitas operacionais	0,3	0,4	-21,1%
Receita operacional bruta	1.001,1	924,9	8,2%
Deduções da receita bruta	(92,9)	(88,9)	4,5%
Receita operacional líquida	908,3	835,9	8,7%
Custos e Despesas	(111,2)	(107,5)	3,5%
EBITDA	797,1	728,5	9,4%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>87,8%</i>	<i>87,1%</i>	<i>0,6 pp</i>
Depreciação e amortização	(157,6)	(116,3)	35,5%
EBIT	639,5	612,2	4,5%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(389,5)	(413,9)	-5,9%
Resultado antes dos impostos e contribuições	250,0	198,3	26,1%
Imposto de renda e contribuição social	(43,7)	3,7	-
Amortização do Ágio TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%
Lucro líquido do exercício	192,6	188,3	2,3%

Endividamento			
R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Dívida Líquida	12.764,6	11.542,4	10,6%
Dívida Líquida/EBITDA	4,2	4,1	0,1 pp

Obs.: Visão Proporcional

Resultados do 1º trimestre de 2026



Resumo das Principais Explicações (1T26 x 1T25):

TEMA	RESUMO
Receita de Transmissão de Energia*	Aumento de 8,3% é explicado pela entrada em operação de Pitiguari, reforços de São Pedro, TSN e ATE III e das entradas parciais de Tangará e Saíra (2ª fase), além do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia.
Parcela Variável	Melhora de R\$ 3,7 MM se deve, principalmente, aos eventos de maior impacto ocorridos no 1T25, além da redução no volume de desligamentos em função de manutenções corretivas e preventivas no 1T26, compensado, em parte, pela provisão de desligamento intempestivo em Mariana neste trimestre.
OPEX	Aumento de 5,8% no OPEX é motivado principalmente pelo acordo coletivo do ano passado e efeito no 1T26 do pagamento da PLR de 2025, ambos na linha de Pessoal.
D&A	Aumento de 41,2% refere-se, basicamente, à entrada em operação de novos ativos unitizados pela Companhia.
Equivalência Patrimonial	Redução de 8,2% é explicada principalmente pelas emissões de dívidas das empresas Aimorés, Paraguaçu e TBE ao longo de 2025 e redução de benefício fiscal na TBE, compensados parcialmente pelo reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 e redução da despesa financeira em Ivaí.
Resultado Financeiro	A melhora de 10,3% é resultado basicamente do maior caixa médio, menor IPCA, menor exposição ao câmbio (NDF), além da redução de outras despesas financeiras. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo aumento do CDI no mesmo período.
IR/CS	O aumento de R\$ 38,0 MM se deve, principalmente, ao aumento do lucro tributável, baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio no 1T25, além da mudança do regime tributário de São Pedro a partir de 2026. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo maior aproveitamento dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE.

* Para efeitos das explicações do Release de Resultados, definimos como “Receita de Transmissão de Energia” ou apenas “Receita de Transmissão” a receita de disponibilização do sistema de transmissão relativo ao reconhecimento da Receita Anual Permitida no resultado regulatório da Companhia.

Resultado Societário (IFRS):

O resultado IFRS consta ao final deste release na seção 3.7. Para maiores detalhes sobre este resultado, acesse as demonstrações de resultados findo em 31 de março de 2026.

Resultados do 1º trimestre de 2026



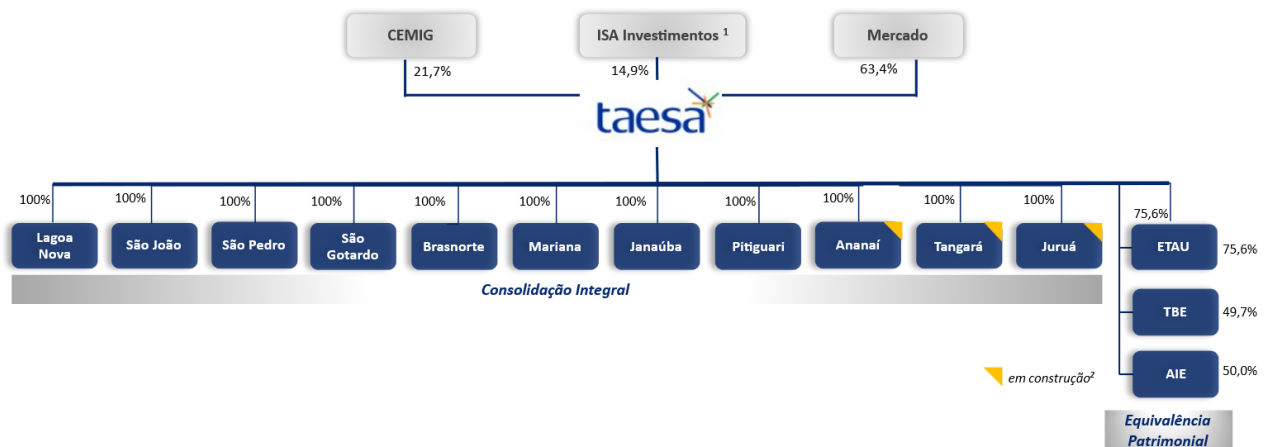
2. VISÃO GERAL

2.1. Estrutura Societária

As 44 concessões/participações de transmissão detidas pela TAESA estão segregadas em: (i) 14 concessões que compõem a empresa *holding* (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saíra e Miracema), (ii) 11 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Juruá); e (iii) 19 participações (ETAU e os grupos AIE e TBE).

Atualmente, a Companhia possui 4 empreendimentos de grande porte em construção (Ananaí, Tangará, Saíra e Juruá) e 5 reforços de maior porte em 4 concessões (São Pedro, ATE, EATE e ENTE). Em 2025, foram aprovados pela ANEEL 48 reforços e 25 melhorias com investimentos estimados em mais de R\$ 193 MM. Vide mais detalhes dos empreendimentos e reforços na seção 3.6.

Para maiores informações de organograma, vide a página de Estrutura Societária no site de RI da Companhia: <https://ri.taesa.com.br/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>



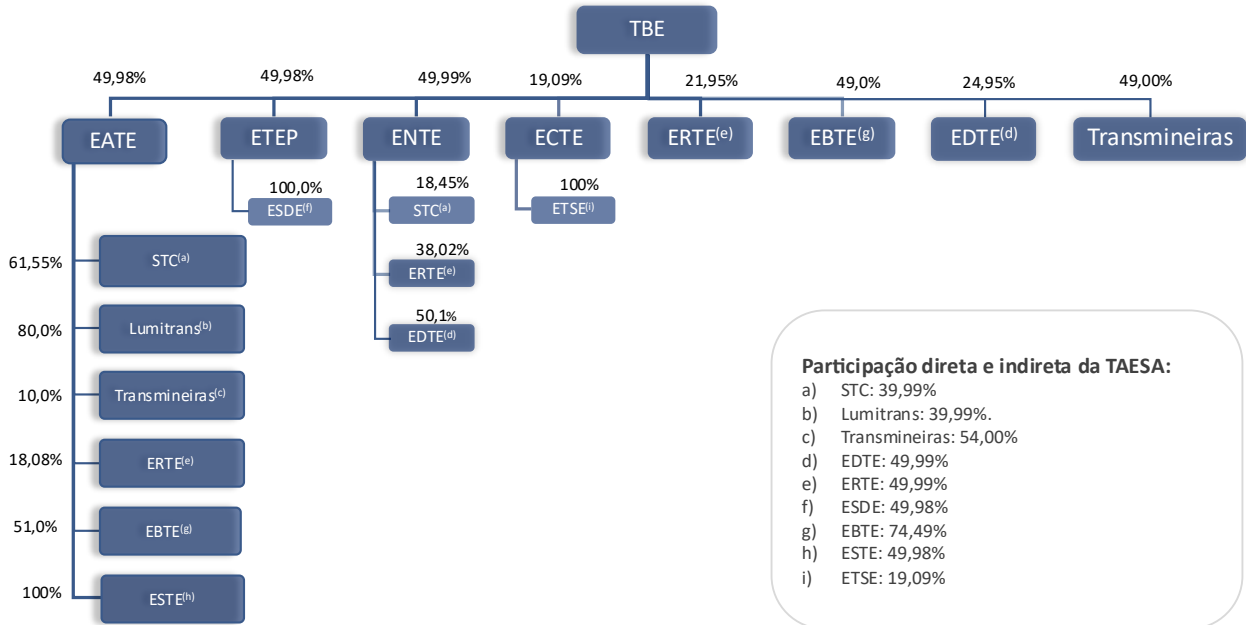
¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Saíra foi incorporada à TAESA *holding* em 29/12/23, mas continua em construção.

Resultados do 1º trimestre de 2026

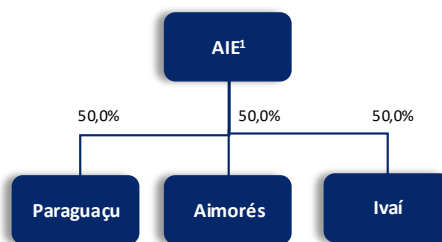


2.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da parceria dos acionistas majoritários, TAESA e Alupar.
 Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

2.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA Energia Brasil

Resultados do 1º trimestre de 2026



3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

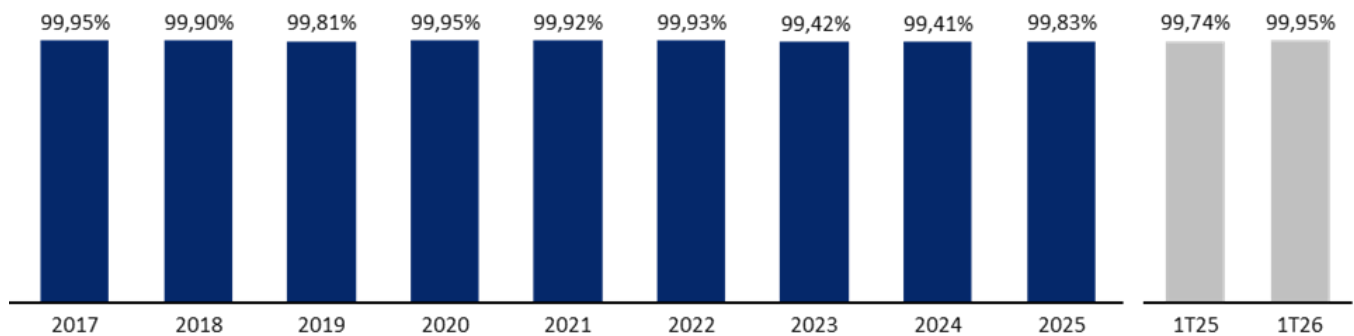
3.1. Desempenho Operacional

Índice de Disponibilidade

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste na soma do número de horas em que os ativos de transmissão estão disponíveis dividido pela disponibilidade máxima (100%) em horas desses ativos no período de 1 ano (1 ano = 8.760 horas).

A Companhia passou a adotar a metodologia de cálculo do Prêmio ONS, apresentando a disponibilidade de todos os seus ativos de transmissão e não apenas a disponibilidade das suas linhas de transmissão.

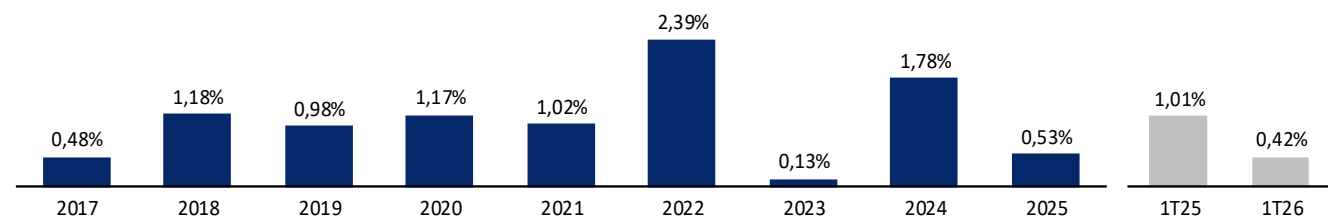
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a TAESA tem apresentado um alto índice de disponibilidade, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar as suas participações (ETAU, AIE e TBE).



Parcela Variável

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela Receita de Transmissão, conforme gráfico abaixo.

A PV contabilizada no 1T26 foi de R\$ 3,1 MM, equivalente a 0,42% da Receita de Transmissão do mesmo período. O principal evento que impactou a Parcela Variável do período foi na concessão Mariana: provisão de R\$ 1,6 MM pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itabirito 2 / Vespasiano 2 devido a recomposição de cabo condutor.



Resultados do 1º trimestre de 2026



3.2. Ciclo da RAP 2025-2026

Em 15 de julho de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.481/2025 (“REH 3.481”) que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2025-2026, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, afetando, portanto, o resultado da TAESA a partir do 3T25. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de +7,03%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +5,32%. Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da TAESA para o ciclo 2025-2026 é de R\$ 4,4 bilhões, sendo 54,4% no nível da *holding*. A RAP operacional da TAESA para o ciclo 2025-2026 ficou em R\$ 4,1 bilhões.

Além do reajuste inflacionário da RAP para o ciclo 2025-2026 mencionado acima, tivemos os seguintes efeitos que impactam este ciclo: (i) entrada em operação de Pitiguari, dos reforços da Novatrans, EBTE, TSN, ATE III e São Pedro (seccionamento), além das entradas parciais de Tangará e Saíra (2ª fase); (ii) reposicionamento da RAP após processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica do ciclo anterior, que afetou Novatrans, TSN, Munirah, ETEO, NTE, STE, ATE I, ATE II, ATE III, Brasnorte, STC e São Pedro; (iii) reforços autorizados nas concessões EATE e ENTE em outubro de 2024; (iv) alteração da alíquota de PIS/COFINS para Miracema, Sant’Ana e Brasnorte; (v) adicional de RAP por seccionamento de LT na PATESA; e (vi) correção de alíquota de PIS/COFINS pela ANEEL na Transirapé. Para as datas de entrada em operação dos empreendimentos no ciclo corrente, vide seção 3.6.

A REH 3.481 também estabeleceu as Parcelas de Ajustes de Vida Útil (PA – Vida Útil) e Parcelas de Ajustes de Retroatividade (PA – Retroatividade) além das PAs de Apuração, que são publicadas a cada novo ciclo. A Companhia não registra no resultado as parcelas de ajustes advindas de antecipações de ciclos anteriores, uma vez que se trata de compensações ou ressarcimentos em relação à receita contratada.

A PA de Vida Útil é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Com a conclusão do processo de fiscalização da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) publicada no ano de 2024, no qual a Companhia apresentou evidências comprobatórias para os investimentos de reforços, a ANEEL deu pleno reconhecimento dos investimentos realizados que culminaram em um adicional de RAP para estes reforços no volume total de R\$ 5,6 MM a partir do ciclo 2025-2026, além da adequação das Parcelas de Ajuste de Revisão e do reconhecimento dessa receita, referente ao ciclo tarifário desses reforços, com um ajuste no resultado do 2T25 (receita de transmissão) de R\$ 17,6 MM.

A PA de Retroatividade é utilizada para corrigir os valores provisórios desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços. Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data de entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA de Retroatividade. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente a partir de julho de 2024 até a próxima Revisão Periódica da Concessionária.

Para a PA de Retroatividade, a cobrança será feita em diversos ciclos tarifários, cujos impactos mais relevantes são nas concessões Novatrans, TSN e São Pedro, com 4 ciclos remanescentes de ajuste.

Os valores publicados de RAP e de PA das concessões, cujos contratos são indexados pelo IPCA, foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às concessões indexadas pelo IGP-M, uma vez que as RAPs destas últimas já vêm adicionadas de PIS/COFINS na resolução homologatória.

A tabela abaixo mostra em maiores detalhes os valores de RAP e PA dos empreendimentos em operação e construção para o ciclo 2025-2026.

Resultados do 1º trimestre de 2026



(R\$ MM)		Ciclo					
		2025-2026					
		RAP			Parcela de Ajuste		
IGP-M	7,03%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
Reajuste:							
Novatrans		549,7	-	549,7	(9,6)	(34,1)	(0,1)
TSN		521,6	-	521,6	(25,1)	(2,2)	-
Munirah		35,1	-	35,1	0,5	0,5	-
GTESA		9,1	-	9,1	(0,3)	-	-
PATESA		28,5	-	28,5	(0,7)	-	-
ETAU ¹		40,5	-	40,5	(2,2)	-	4,4
ETEO		162,9	-	162,9	(5,1)	0,1	0,1
NTE		142,3	-	142,3	(5,2)	(0,2)	-
STE		79,3	-	79,3	(2,9)	(0,0)	-
ATE I		137,8	18,7	156,5	(4,9)	0,1	-
ATE II		215,9	-	215,9	(7,9)	0,1	-
EATE ¹⁴		202,2	24,0	226,2	(7,4)	0,0	-
ETEP ¹		45,4	-	45,4	(1,7)	0,0	-
ENTE ¹⁴		104,0	10,4	114,4	(3,8)	(0,0)	-
ECTE ¹		16,8	-	16,8	(0,6)	-	-
ERTE ¹		23,8	-	23,8	(0,9)	-	-
Lumitrans ¹		9,8	-	9,8	(0,4)	-	-
Transleste ¹		20,4	-	20,4	(0,7)	-	-
Transirapé ¹		25,0	-	25,0	(1,7)	0,1	-
Transudeste ¹		12,6	-	12,6	(0,5)	-	-
Subtotal		2.382,8	53,1	2.435,9	(81,0)	(35,6)	4,4
IPCA	5,32%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
Reajuste:							
ATE III ³		110,5	-	110,5	(3,5)	(0,3)	0,3
São Gotardo		7,9	-	7,9	(0,0)	-	-
Mariana		23,9	-	23,9	(0,9)	0,7	-
Miracema		104,2	-	104,2	(3,4)	0,3	-
Janaúba		293,0	-	293,0	(10,4)	-	-
Aimorés ¹		59,9	-	59,9	(2,0)	-	-
Paraguaçu ¹		89,5	-	89,5	(3,0)	-	-
Brasnorte		42,2	-	42,2	(2,4)	(0,3)	-
STC ¹³		16,2	-	16,2	(0,8)	-	-
EBTE ¹		63,9	-	63,9	1,3	0,1	-
ESDE ¹		10,0	-	10,0	(0,2)	-	-
ETSE ¹		7,5	-	7,5	(0,2)	0,2	-
ESTE ¹		84,7	-	84,7	(3,1)	-	-
Ivaí ¹		217,8	-	217,8	(8,0)	-	-
EDTE ¹		52,4	-	52,4	(1,9)	-	-
Sant'Ana		93,0	-	93,0	(2,9)	-	-
São João		70,5	-	70,5	(2,5)	-	-
São Pedro		90,4	11,3	101,7	(2,5)	4,6	-
Lagoa Nova		17,7	-	17,7	(0,9)	-	-
Ananai ²		-	171,1	171,1	-	-	-
Pitiguari		23,4	-	23,4	(0,1)	-	-
Tangará ²		58,2	50,0	108,3	-	-	-
Saíra ²		164,0	27,7	191,7	(8,5)	-	-
Juruá ²		-	19,6	19,6	-	-	-
Subtotal		1.701,1	279,8	1.980,9	(55,9)	5,2	0,3
Total¹		4.083,9	332,9	4.416,8	(137,0)	(30,4)	4,7

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor proporcional à participação da Taesa

² Em Construção

³ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁴ Reforços da TBE (REA.15573/2024)

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.3. Resultado Regulatório

3.3.1. Receita Líquida

A Receita Líquida Regulatória no 1T26 alcançou R\$ 655,5 MM, 9,6% maior que o registrado no 1T25, explicada, principalmente, pelo aumento da Receita de Transmissão em função da entrada em operação comercial de Pitiguari e entradas parciais de Tangará e Saíra (2ª fase) e dos reforços de São Pedro, TSN e ATE III, redução da Parcela Variável, além do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)			
R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Receita de Transmissão	725,4	669,6	8,3%
Parcela Variável	(3,1)	(6,7)	-54,8%
Receita do Serviço	722,3	662,9	9,0%
Outras receitas operacionais	0,3	0,4	-21,1%
Receita operacional bruta	722,7	663,3	9,0%
PIS e COFINS	(41,0)	(38,9)	5,3%
ISS	(0,1)	(0,2)	-34,4%
ICMS	(0,0)	(0,1)	-99,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,1)	(26,3)	-0,6%
Total Deduções	(67,2)	(65,4)	2,7%
Receita operacional líquida	655,5	597,9	9,6%

O aumento na linha da Receita de Transmissão de 8,3% entre o 1T26 e o 1T25 é explicado, principalmente pelo (i) reajuste inflacionário do ciclo RAP 2025-2026 em +7,03% para os contratos de categoria 2 (IGP-M) e +5,32% para os contratos de categoria 3 (IPCA), e (ii) entrada em operação de Pitiguari, dos reforços de São Pedro, TSN e ATE III, além das entradas parciais de Tangará e Saíra (2ª fase). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução nas cotas de CDE e Proinfa das concessões GTESA e ATE III.

A Parcela Variável (PV) apresentou uma melhora de R\$ 3,7 MM na comparação entre os trimestres em função principalmente em função de eventos ocorridos no 1T25: (i) Saíra: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Garabi 1 / Santo Ângelo devido a uma explosão do Transformador de Potencial Capacitivo (TPC) no terminal da SE Santo Ângelo, ocorrido em março de 2025; (ii) ATE III: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itacaiúnas / Colinas C1 devido a uma intercorrência no banco de reatores da SE Colinas, ocorrido em março de 2025; além da redução no volume de desligamentos em função das manutenções corretivas e preventivas no 1T26. Estes efeitos foram compensados em parte por: (i) Mariana: provisão 1T26 pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itabirito 2 / Vespasiano 2 para recomposição de cabo condutor, ocorrido em janeiro de 2026; e (ii) TSN: reversão no 1T25 de provisão referente ao desligamento da LT 500 kV Serra da Mesa 2 – Rio das Éguas, para intervenção de reforços e melhorias, ocorrido em outubro de 2020.

O aumento nas deduções da receita de 2,7% na comparação entre os trimestres se deve, principalmente, ao aumento do PIS/COFINS corrente em função do aumento na Receita de Transmissão.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.3.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 221,9 MM no 1T26, registrando um aumento de 24,2% quando comparado ao 1T25. Os custos de PMSO somaram R\$ 93,4 MM, registrando um aumento de 5,8%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Pessoal	(67,3)	(62,2)	8,3%
Material	(1,3)	(1,1)	14,8%
Serviço de terceiros	(17,7)	(17,9)	-1,2%
Outros	(7,1)	(7,1)	0,1%
Total	(93,4)	(88,3)	5,8%
Depreciação e amortização	(128,5)	(90,4)	42,1%
Total	(221,9)	(178,7)	24,2%

- **Pessoal:**

O aumento de 8,3% na comparação entre os trimestres é explicado, principalmente, por reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de 2025, em +5,3% (IPCA), e efeito no 1T26 do pagamento da PLR de 2025.

- **Material:**

O aumento de R\$ 0,2 MM na comparação entre os trimestres se deve por descasamento temporal de gastos com manutenção de equipamentos e veículos.

- **Serviços de terceiros:**

A redução de 1,2% entre 1T26 e o 1T25 se deve, principalmente, por descasamento temporal de despesas com licenças de softwares, compensados por maiores gastos com consultorias estratégicas e administrativas.

- **Outros:**

Os gastos permaneceram praticamente em linha com o mesmo período de 2025 uma vez que a contratação do novo seguro para riscos cibernéticos foi compensada por reduções em outras rubricas.

O aumento de 41,2% na linha de depreciação e amortização na comparação entre os trimestres se deve, basicamente, à entrada em operação de novos ativos unitizados pela Companhia.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.3.3. EBITDA e Margem EBITDA

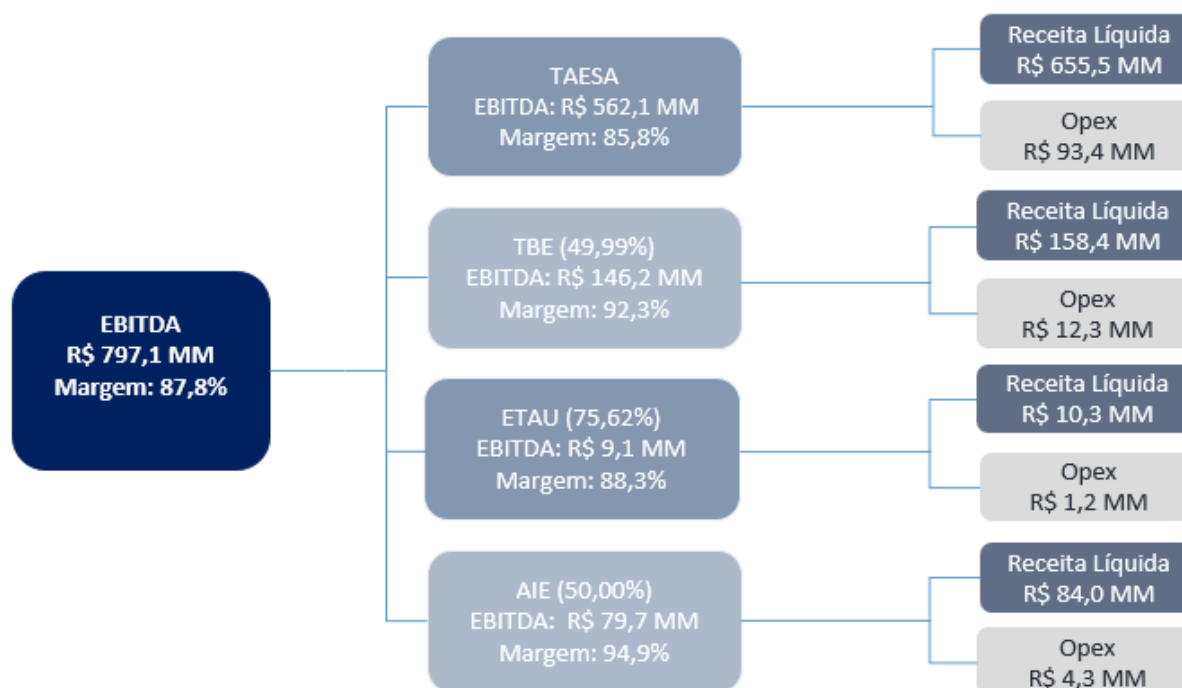
O EBITDA Regulatório do 1T26 atingiu R\$ 562,1 MM, 10,3% maior que o registrado no 1T25, e a margem EBITDA atingiu 85,8% (+0,5pp versus 1T25). O desempenho do EBITDA e margem EBITDA é explicado pela (i) entrada em operação de Pitiguari e entrada parcial de Tangará e Saíra (2ª fase) e energizações dos reforços na TSN e São Pedro, (ii) reajuste inflacionário da RAP, (iii) menor Parcela Variável, e (iv) crescimento dos custos e despesas operacionais levemente acima da inflação.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T26	1T25	Var. %
Receita líquida	655,5	597,9	9,6%
Custos e despesas	(93,4)	(88,3)	5,8%
EBITDA	562,1	509,6	10,3%
Margem EBITDA	85,8%	85,2%	0,5 pp

3.3.4. Composição do EBITDA

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no primeiro trimestre de 2026 considerando todas as concessões do grupo TAESA proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).



Resultados do 1º trimestre de 2026



3.3.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T26 totalizou R\$ 90,4 MM, 8,2% menor que o registrado no 1T25.

Equivalência Patrimonial - Regulatório			
MM	1T26	1T25	Var.%
ETAU	6,9	7,2	-3,7%
TBE	75,9	78,7	-3,6%
Aimorés	6,4	9,5	-33,3%
Paraguaçu	7,9	14,2	-44,4%
Ivaí	7,0	2,6	172,2%
Resultado das Controladas	104,1	112,1	-7,2%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	90,4	98,5	-8,2%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T26 apresentou uma queda de 8,2% na comparação com 1T25, explicado pelas novas emissões de dívidas das empresas Aimorés, Paraguaçu e TBE ao longo de 2025, bem como da redução do benefício fiscal concedido pela SUDAM às concessões ENTE e ETEP da TBE, atualmente em processo de renovação. Estes efeitos foram compensados parcialmente pelo reajuste inflacionário do ciclo 2025-2026 (+7,03% IGP-M e +5,32% IPCA) e redução da despesa financeira em Ivaí devido à queda do IPCA entre os trimestres.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.3.6. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 308,7 MM no 1T26, 10,3% menor que o registrado no 1T25.

Resultado Financeiro Regulatório			
R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Receitas Financeiras	34,2	21,8	57,3%
Renda de aplicação financeira	31,4	20,2	55,8%
Outras receitas financeiras	2,8	1,6	76,1%
Despesas Financeiras	(342,9)	(366,0)	-6,3%
Juros incorridos	(233,8)	(219,9)	6,3%
Variações monetárias	(113,4)	(136,5)	-17,0%
Variações cambiais	3,0	(5,3)	n/a
Ajuste ao valor justo	10,4	-	n/a
Marcação a Mercado	(10,4)	-	0,0%
Outras despesas financeiras	1,3	(4,3)	n/a
Total Regulatório	(308,7)	(344,3)	-10,3%

O aumento anual de R\$ 12,4 MM nas Receitas Financeiras ocorreu em função do maior volume médio de caixa aplicado entre os trimestres comparados e do aumento do CDI (+3,36% no 1T26 versus +2,94% no 1T25), impactando a linha de renda de aplicação financeira.

O aumento de 6,3% entre 1T26 e 1T25 se deve, principalmente, à alta do CDI conforme mencionado acima, ao aumento do volume médio da dívida em CDI, compensado em parte pela queda do volume médio da dívida em IPCA e pela redução do *spread* das dívidas em CDI motivada pelo *swap* da 17ª e 18ª emissões de debêntures da TAESA.

A redução de R\$ 23,1 MM na linha de variações monetárias entre 1T26 e 1T25 é explicada pela queda do IPCA (+1,74% no 1T26 versus +2,04% no 1T25) e do IGP-M (+0,19% no 1T26 versus +0,33% no 1T25) registrados entre os trimestres, além do menor volume médio da dívida em IPCA.

A melhora de R\$ 8,3 MM entre o 1T26 e o 1T25 na linha de variação cambial se deve a menor exposição ao câmbio (menor saldo em aberto) e menor variação cambial dos NDFs (*Non-Deliverable Forward*) de Saíra (SEK – coroa sueca) e Juruá (USD – dólar) relativos à compra de equipamentos em moeda estrangeira, entre os períodos comparados.

O valor positivo de R\$ 10,4 MM na linha de Ajuste a Valor Justo do 1T26 é explicado pela marcação a mercado (MTM) da ponta ativa dos *swaps* da 18ª e 17ª emissões de debêntures da Companhia (IPCA) a partir de julho e outubro de 2025. Já o valor negativo de R\$ 10,4 MM na linha de Marcação a Mercado do 1T26 é explicado pelo MTM da 18ª e 17ª emissões de debêntures da Companhia também a partir de julho e outubro de 2025, respectivamente, quando estas operações foram liquidadas. O efeito líquido entre essas duas linhas é nulo como resultado do tratamento contábil do *swap* (designação do *hedge account* a valor justo).

A linha de outras despesas financeiras melhorou em R\$ 5,6 MM na comparação entre os trimestres explicada, principalmente, pela (i) variação monetária líquida de ativos e passivos regulatórios pela contabilização da Parcela de Ajuste – PA de retroatividade, (ii) maiores atualizações sobre créditos tributários pela taxa Selic, e (iii) redução das atualizações das provisões para riscos judiciais. Estes efeitos foram parcialmente compensados por maiores multas dedutíveis e despesas financeiras ligadas a processos tributários.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.3.7. Impostos

O aumento anual de R\$ 38,0 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social no Regulatório reconhecido no resultado, entre o 1T26 e o 1T25 é explicado, principalmente, pelo (i) aumento do lucro tributável, (ii) baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio no 1T25, e (iii) mudança do regime tributário de São Pedro para lucro real a partir de 2026. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo maior aproveitamento dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE.

R\$ MM	Regulatório		
	1T26	1T25	Var.%
Conciliação Imposto			
Lucro antes dos impostos (EBT)	215,8	173,5	24,4%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(90,4)	(98,5)	-8,2%
Base excluindo EP	125,3	75,0	67,2%
JCP distribuídos/recebidos	-	-	0,0%
Lucro Tributável	125,3	75,0	67,2%
IRCS (alíquota 34%)	(42,6)	(25,5)	67,2%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	1,4	8,4	-83,0%
Benefício SUDAM/SUDENE	17,9	2,6	596,2%
Outros	0,1	29,3	-99,6%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(23,2)	14,8	-
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	18,5%	-19,7%	38,2 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-15,5%	-53,7%
JCP	0,0%	0,0%
Lucro Presumido	-1,1%	-11,2%
SUDAM/SUDENE	-14,3%	-3,4%
Outros	-0,1%	-39,1%
Alíquota Efetiva	18,5%	-19,7%

Resultados do 1º trimestre de 2026



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas concessões que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	76%	2031	0,65%	3,00%
Munirah*	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	76%	2033	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saíra	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro ²	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Juruá	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(1)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2033	0,65%	3,00%
ENTE ³	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP ³	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2031	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	38%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

* Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (Receita de Transmissão) quanto pelo Regime não Cumulativo (novas receitas).

(1) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação total do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.

(2) São Pedro passou a ser tributado pelo lucro real a partir de janeiro de 2026.

(3) As empresas ENTE e ETEP estão em processo de renovação do benefício fiscal SUDAM.

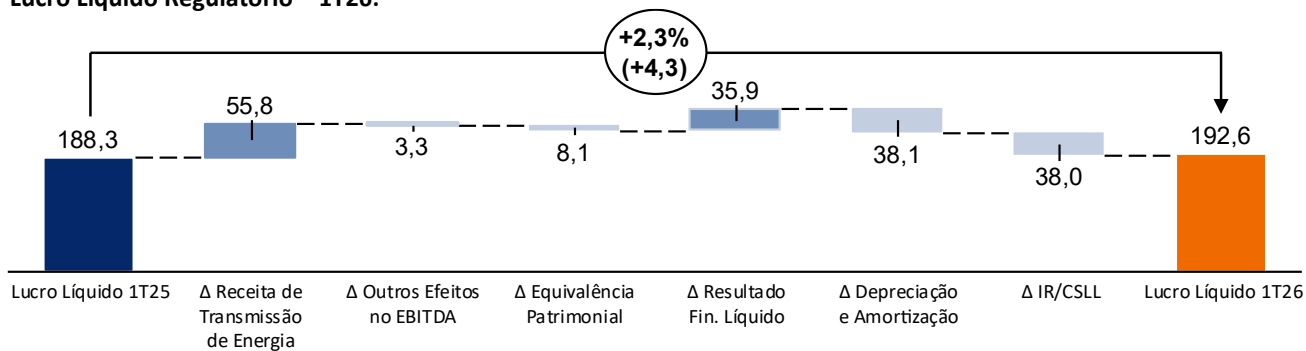
Resultados do 1º trimestre de 2026



3.3.8. Lucro Líquido

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 192,6 MM no 1T26, apresentando um aumento anual de 2,3%.

Lucro Líquido Regulatório – 1T26:



Resultados do 1º trimestre de 2026



3.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2026, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2025, dos quais: (i) R\$ 11,3 MM para reserva de incentivo fiscal; (ii) R\$ 444,4 MM para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 811,0 MM em proventos pagos ao longo de 2025 e início de 2026, sendo R\$ 258,1 MM em dividendos intercalares e R\$ 552,9 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 52,9 MM (R\$ 0,15 / Unit) em dividendos mínimos obrigatórios remanescentes e R\$ 260,2 MM de dividendos adicionais (R\$ 0,76 / Unit), ambos a serem pagos em 27 de maio de 2026. Com isso, o montante total de proventos referente ao exercício social de 2025 será de R\$ 1.124,1 MM (R\$ 3,26 / Unit), representando um *payout* de 100% do lucro líquido regulatório.

Na data de hoje, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 192,6 MM (R\$ 0,56 / Unit) a título de JCP. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no primeiro trimestre de 2026. O pagamento ocorrerá em 26 de agosto de 2026, a partir da data base de 11 de maio de 2026.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.5. Endividamento

No 1T26, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 11.848,9 MM, 6,3% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.644,7 MM, registrando um aumento de 24,1% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 10.204,2 MM, 3,9% maior que o 4T25.

R\$ MM					
Dívida Líquida	1T26	% Dív Bruta	4T25	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	1.235,4	10,4%	1.504,4	13,5%	-17,9%
Cesta de Moedas	(3,5)	0,0%	(2,9)	0,0%	23,1%
CDI	548,7	4,6%	801,7	7,2%	-31,6%
IPCA	690,5	5,8%	701,2	6,3%	-1,5%
IGP-M	(0,3)	0,0%	4,4	0,0%	-106,2%
Longo Prazo	10.613,5	89,6%	9.644,8	86,5%	10,0%
Cesta de Moedas	(2,3)	0,0%	(1,1)	0,0%	116,2%
CDI	3.100,3	26,2%	2.293,9	20,6%	35,2%
IPCA	7.203,6	60,8%	7.037,5	63,1%	2,4%
IGP-M	312,0	2,6%	314,5	2,7%	-0,8%
Endividamento Total	11.848,9	100,0%	11.149,2	100,0%	6,3%
(-) Caixa e Aplicações*	(1.644,7)		(1.325,5)		24,1%
(=) Dívida Líquida	10.204,2		9.823,6		3,9%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O aumento de 24,1% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela 21ª emissão de debêntures da TAESA no valor de R\$ 800 MM, pela geração de caixa e recebimento de dividendos das participadas. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo pagamento no valor de aproximadamente (i) R\$ 448,8 MM em juros e amortização referente a 7ª, 11ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões de debêntures da TAESA e a 1ª emissão de debêntures de Janaúba, (ii) R\$ 312,2 MM em Capex no trimestre, e (iii) R\$ 323,3 MM em proventos pagos em janeiro de 2026.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 14.716,7 MM e o caixa de R\$ 1.955,9 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.332,1 MM e caixa/aplicações de R\$ 221,6 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 13,0 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.535,7 MM e caixa/aplicações de R\$ 76,6 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,2x no 1T26, levemente superior ao valor registrado no 4T25 (4,1x).

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	11.848,9	1.644,7	10.204,2
ETAU (75,6%)	0,0	13,0	-13,0
TBE (49,99%)	1.332,1	221,6	1.110,6
AIE (50%)	1.535,7	76,6	1.459,1
TOTAL	14.716,7	1.955,9	12.760,9

Resultados do 1º trimestre de 2026



A dívida da TAESA, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, de forma proporcional à participação da TAESA em cada emissora de dívida.

Empresa	Credor	Série	Índice	Valor da Emissão	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Emissão	Vencimento	Amortização	Cupons por Ano
TAESA	6ª Debêntures	1ª série	CDI	850.000	443.982	47.244	108% CDI	AAA.br	mai/2019	mai/2026	Bullet	2
		2ª série	IPCA	210.000	292.102	5.820	IPCA + 5,50%	AAA.br	mai/2019	mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	Única	IPCA	508.960	865.983	1.701	IPCA + 4,50%	AAA.br	out/2019	set/2044	anual	1
		8ª Debêntures	Única	IPCA	300.000	377.176	5.210	IPCA + 4,7742%	AAA.br	jan/2020	dez/2044	Semestral
	10ª Debêntures	1ª série	CDI	650.000	348.551	20.308	CDI + 1,70%	AAA(bra)	mai/2021	mai/2028	Bullet	2
		2ª série	IPCA	100.000	128.821	2.231	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	mai/2021	mai/2036	3ª, 4ª e 5ª ano	2
	11ª Debêntures	2ª série	CDI	650.000	216.569	6.771	CDI + 1,36%	AAA(bra)	jan/2022	mai/2027	Anual	2
		1ª série	IPCA	630.783	733.276	18.555	IPCA + 5,60%	AAA.br	abr/2022	abr/2029	Bullet	2
	12ª Debêntures	2ª série	IPCA	300.410	343.852	9.070	IPCA + 5,75%	AAA.br	abr/2022	abr/2032	8ª, 9ª e 10ª ano	2
		3ª série	IPCA	318.807	365.537	9.790	IPCA + 5,85%	AAA.br	abr/2022	abr/2037	13ª, 14ª e 15ª ano	2
		1ª série	IPCA	327.835	357.454	918	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	set/2023	set/2033	Bullet	2
	14ª Debêntures	2ª série	IPCA	86.261	86.384	249	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	set/2023	set/2035	Bullet	2
		3ª série	IPCA	385.904	422.613	1.151	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	set/2023	set/2038	13ª, 14ª e 15ª ano	2
		1ª série	CDI	1.000.000	994.189	6.287	CDI + 0,63%	AAA(bra)	mar/2024	mar/2029	Bullet	2
	15ª Debêntures	2ª série	IGP-M	300.000	310.917	786	IGP-M + 5,8438%	AAA(bra)	mar/2024	mar/2034	8ª, 9ª e 10ª ano	2
		Única	CDI	400.000	399.088	2.501	CDI + 0,55%	AAA(bra)	set/2024	set/2031	6ª e 7ª ano	2
	16ª Debêntures	Única	IPCA	650.000	660.802	65.193	IPCA + 7,1690%	AAA.br	jan/2025	jan/2040	13ª, 14ª e 15ª ano	2
	18ª Debêntures	1ª série	IPCA	400.000	400.468	18.705	IPCA + 7,1499%	AAA.br	jul/2025	jul/2032	6ª e 7ª ano	2
		2ª série	IPCA	400.000	400.468	17.696	IPCA + 7,0564%	AAA.br	jul/2025	jul/2035	8ª, 9ª e 10ª ano	2
	19ª Debêntures	Única	CDI	329.545	320.683	20.073	CDI + 0,60%	AAA.br	out/2025	out/2032	6ª e 7ª ano	2
	20ª Debêntures	Única	IPCA	600.000	584.187	10.566	IPCA + 6,4712%	AAA.br	dez/2025	dez/2040	12ª, 13ª, 14ª e 15ª ano	1
		1ª série	CDI	400.000	399.797	676	CDI + 0,51%	AAA(bra)	mar/2026	mar/2033	6ª e 7ª ano	2
	21ª Debêntures	2ª série	CDI	400.000	399.797	682	CDI + 0,65%	AAA(bra)	mar/2026	mar/2036	8ª, 9ª e 10ª ano	2
		Única	IPCA	100.000	139.224	0	IPCA + 3,995%	-	ago/2019	mai/2026	Bullet	2
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	Única	IPCA	100.000	139.222	0	IPCA + 3,99%	-	ago/2019	mai/2026	Bullet	2	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	Única	IPCA	50.000	69.479	0	IPCA + 3,94%	-	set/2019	mai/2026	Bullet	2	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	Única	IPCA	50.000	69.466	0	IPCA + 3,91%	-	set/2019	mai/2026	Bullet	2	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	Única	IPCA	50.000	69.290	0	IPCA + 3,66%	-	set/2019	mai/2026	Bullet	2	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	Única	IPCA	50.000	69.267	0	IPCA + 3,5268%	-	set/2019	mai/2026	Bullet	2	
SWAP 17ª Emissão	Única	CDI	650.000	0	-558	CDI - 0,84%	-	out/2025	jan/2040	13ª, 14ª e 15ª ano	2	
SWAP 18ª Emissão	1ª série	CDI	400.000	0	8.052	CDI - 0,7306%	-	jul/2025	jul/2032	6ª e 7ª ano	2	
SWAP 18ª Emissão	2ª série	CDI	400.000	0	8.897	CDI - 0,7862%	-	jul/2025	jul/2035	8ª, 9ª e 10ª ano	2	
Non-Deliverable Forward (NDF)	Única	-	142.619	-5.867	0	-	-	Jul/2023	out/2026	Bullet	-	
Janaúba	1ª Debêntures	Única	IPCA	224.000	223.197	2.031	IPCA + 4,5%	-	fev/2019	jul/2033	Semestral	2
		Única	IPCA	575.000	877.400	12.206	IPCA + 4,8295%	-	dez/2019	dez/2044	Anual	2
Lagoa Nova	Financiamento BNB	Única	IPCA	62.750	40.875	1.857	IPCA + 2,109%	-	nov/2018	mai/2038	Mensal	12
EATE	11ª Debêntures	Única	CDI	310.000	154.657	1.621	CDI + 1,65%	-	dez/2023	dez/2028	3ª, 4ª e 5ª ano	12
		Única	CDI	255.000	127.101	1.268	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4ª e 5ª ano	1
	12ª Debêntures	1ª série	CDI	87.000	43.383	1.817	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	3ª, 4ª e 5ª ano	2
		2ª série	IPCA	87.000	123.120	6.199	IPCA + 7,4512%	-	jun/2025	jun/2030	4ª e 5ª ano	2
14ª Debêntures	Única	CDI	150.000	74.800	4.255	CDI + 0,47%	-	nov/2025	mai/2030	4ª e 5ª ano	2	
	4ª Debêntures	Única	CDI	83.000	61.633	2.584	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	4ª e 5ª ano	2
EBTE	5ª Debêntures	Única	CDI	45.000	33.402	1.891	CDI + 0,39%	-	nov/2025	nov/2030	1ª, 2ª, 3ª e 5ª ano	2
		2ª Debêntures	Única	IPCA	50.000	116.957	58.497	IPCA + 5,29%	-	dez/2018	dez/2028	Semestral
EDTE	8ª Debêntures	Única	CDI	194.580	32.885	328	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	Trimestral	4
		9ª Debêntures	Única	CDI	50.000	9.512	399	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	1ª, 2ª, 3ª e 5ª ano
ECTE	10ª Debêntures	Única	CDI	60.000	11.419	650	CDI + 0,47%	-	nov/2025	mai/2030	2ª, 4ª e 5ª ano	2
		6ª Debêntures	Única	CDI	30.000	24.931	261	CDI + 1,65%	-	dez/2023	dez/2028	3ª, 4ª e 5ª ano
ENTE	7ª Debêntures	Única	CDI	50.000	23.395	150	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4ª e 5ª ano	2
		8ª Debêntures	Única	CDI	30.000	14.925	851	CDI + 0,47%	-	nov/2025	nov/2030	4ª e 5ª ano
ETEP	6ª Debêntures	Única	CDI	35.000	48.822	487	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4ª e 5ª ano	2
		7ª Debêntures	Única	CDI	35.000	17.449	972	CDI + 0,18%	-	nov/2025	mai/2027	1ª, 2ª ano
ESTE	1ª Debêntures	Única	IPCA	254.363	306.488	9.563	IPCA + 4,5%	-	dez/2019	dez/2044	Semestral	2
		Única	pré-fix	1.824	814	86	TJLP + 3,5%	-	out/2014	out/2029	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	3ª Debentures	Única	CDI	25.000	13.498	1.061	CDI + 1,9%	-	abr/2021	abr/2026	4 e 5ª ano	2
IVAÍ	1ª Debêntures	Única	IPCA	2.364.612	1.158.117	14.055	IPCA + 4,9982%	-	dez/2019	dez/2043	Semestral	2
AIMORÉS	1ª Debêntures	1ª série	CDI	201.000	100.285	4.210	CDI + 0,50%	-	jun/2025	jun/2030	Bullet	2
		2ª série	CDI	49.000	24.285	1.033	CDI + 0,59%	-	jun/2025	jun/2032	6ª e 7ª ano	2
PARAGUAÇU	1ª Debêntures	1ª série	CDI	364.000	181.636	7.625	CDI + 0,50%	-	jun/2025	jun/2030	Bullet	2
		2ª série	CDI	86.000	42.636	1.813	CDI + 0,59%	-	jun/2025	jun/2032	6ª e 7ª ano	2
Total					14.290.395	426.349						

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.6. Empreendimentos em Implantação

Projetos *Greenfield*

A Companhia possui atualmente quatro projetos *greenfield* em implantação com um investimento total ANEEL de R\$ 4,3 bilhões e uma RAP de R\$ 490,7 MM (ciclo RAP 2025-2026) – uma parte dessa RAP já em operação (R\$ 164,0 MM de Saira e R\$ 58,2 MM de Tangará). Vale ressaltar que o empreendimento de Pitiguari entrou em operação total em junho de 2025, com mais de 21 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2025-26) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Data da Autorização	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% TAESA	23,4	243	set/22	mar/27	Energizado - 80% em jun/25 - 20% em dez/24
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananái (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	171,1	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% TAESA	108,3	1.117	mar/23	mar/28	Energização parcial ~54% entre fev-abr/26
Leilão 002/2022 Dez/22	Saira (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% TAESA	191,7	1.176	mar/23	mar/28	Energização parcial ~86% entre mar/23 -abr/26
Leilão 002/2024 Set/24	Juruá (Lote 3)	1,2 km / São Paulo	100% TAESA	19,6	244	dez/24	jun/28	Em andamento

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS e consideram *stake* TAESA para RAP e CAPEX.

Reforços e Melhorias

A Companhia possui atualmente reforços em construção com destaque para cinco reforços que totalizam um investimento ANEEL de R\$ 348,8 MM e uma RAP autorizada de R\$ 64,4 MM (tabela abaixo).

Em 2025, a TAESA cadastrou uma série de reforços e melhorias no Sistema de Gerenciamento dos Planos de Melhorias e Reforços (SGPMR) que resultou na inclusão pelo ONS de 48 reforços no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE) e de 25 melhorias no Plano de Modernização de Instalações (PMI). Esses empreendimentos foram autorizados pela ANEEL em janeiro de 2026, por meio do Despacho nº 200, totalizando um CAPEX estimado de R\$ 184,5 MM e R\$ 8,9 MM para reforços e melhorias, respectivamente, com prazo de execução de 36 meses.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2025-26) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Data da Autorização	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
REA nº 12.850/2022 REA nº 12.823/2022	Novatrans	1.278 km / Maranhão, Tocantins e Goiás	100% TAESA	10,8 28,1	73,3 189,3	out/22	abr/25 maí/25	Energizado (dez/24) Energizado ~35% em nov/24 ~65% em fev/25
REA nº 13.194/2022	TSN	1.139 km / Bahia e Goiás	100% TAESA	11,3	71	jul/22	jan/25	Energizado (set/25)
REA nº 15.027/2024 Despacho nº 677/2024 Despacho nº 420/2026	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% TAESA	6,4 5,6 5,8	40,9 34,6 37,6	abri/2023 mar/2024 fev/2026	nov/2025 set/2026 dez/2028	Energizado (nov-dez/25) Em andamento Nova autorização
REA nº 15.196/2024	ATE III	454 km / Pará e Tocantins	100% TAESA	6,7	42	mar/24	mar/26	Energizado (mar/26)
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	18,7	81	ago/23	abr/26	Em andamento
REA nº 15.573/2024	EATE	927km / Pará e Maranhão	49,98% TAESA	24,0	137	out/24	dez/27	Em andamento
REA nº 15.573/2024	ENTE	459 km / Pará e Maranhão	49,99% TAESA	10,4	59	out/24	jun/29	Em andamento

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS e consideram *stake* TAESA para RAP e CAPEX.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.6.1. Investimentos

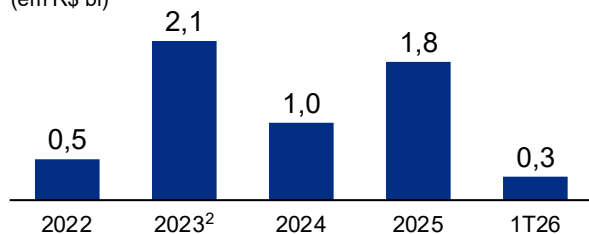
No 1T26, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 312,2 MM contra R\$ 267,9 MM investidos no 1T25, referentes aos empreendimentos em implantação. O aumento de R\$ 44,3 MM (+16,6%) entre os períodos comparados se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos Ananai e Juruá e nos reforços de ATE e ATE III. Estes efeitos foram compensados por menores investimentos nos empreendimentos de Tangará e Saira (2ª fase) devido as suas energizações parciais ocorridas entre março e abril deste ano, e à entrada em operação de Pitiguari.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

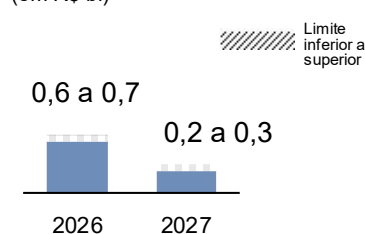
R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)											1T26	TOTAL
	2015-2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025			
Mariana	25,9	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	-	-	-	-	176,5
Miracema	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	-	-	-	-	268,6
Janaúba	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	-	-	-	-	974,2
Aimorés	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	-	-	-	-	208,6
Paraguaçu	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	-	-	-	-	363,4
Ivaí	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	-	-	-	-	1.174,5
ESTE	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	-	-	-	-	303,4
EDTE	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	-	-	-	-	191,6
Sant'Ana	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	-	-	-	-	694,2
Ananai	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	304,7	651,8	151,0	-	1.795,5
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	147,5	55,8	-	-	234,7
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	78,1	221,3	626,4	64,7	-	990,5
Saira ¹	-	-	-	-	-	-	-	927,9	59,4	251,0	5,3	-	1.243,6
Juruá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	9,3	-	10,1
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	46,1	170,4	18,5	0,4	-	235,3
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	17,7	68,4	22,0	0,3	-	107,8
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	0,1	7,9	62,1	4,7	-	74,8
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	1,3	14,4	57,4	68,2	-	141,3
ATE III ⁶	-	-	-	-	-	-	-	-	5,5	37,1	8,9	-	51,5
Total	27,1	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	999,6	1.782,8	312,2	9.240,4	

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III) a partir de 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte ou melhorias que não foram mencionados aqui. (1) O valor de 2023 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. (2) Os valores de Novatrans são referentes principalmente aos reforços autorizados através das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é referente principalmente aos reforços autorizados através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024 e Despacho ANEEL nº 677/2024. (5) O valor da ATE é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023. (6) O valor da ATE III acima é referente principalmente a reforços de pequeno porte e melhorias.

CAPEX realizado (em R\$ bi)



Projetos contratados (em R\$ bi)



Resultados do 1º trimestre de 2026



3.6.2. Premissas Divulgadas

Visando maior transparência e com o intuito de facilitar o cálculo e modelagem do fluxo de caixa da Companhia, segue abaixo algumas premissas dos empreendimentos atualmente em construção, arrematados em leilões (*greenfield*).

Antecipação de entrada em operação versus prazo ANEEL:

- Ananái: cerca de 10 meses
- Tangará: cerca de 23 a 25 meses
- Saíra (2ª fase): cerca de 20 meses
- Juruá (lote 3): 6 meses (limite do edital)

Eficiência do CAPEX versus CAPEX ANEEL:

- Pitiguari, Ananái, Tangará e Saíra (2ª fase): média de 15%
- Juruá: mais que 25%

Outras premissas – Juruá:

- 80% do CAPEX concentrado em equipamentos
- Mais de 50% do CAPEX a ser desembolsado no último ano da obra
- Margem EBITDA acima de 90%
- Regime de lucro presumido

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.6.3. Status dos Projetos

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias e SE Curitiba Leste a serem interligadas, emitida em junho de 2024.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis, incluindo as obras de ampliação das Subestações SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas, emitida em novembro de 2024.
- Avanço físico: 93,3% em 31 de março de 2026.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande em dezembro de 2024, representando 20% da RAP do empreendimento.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Videira C1 em junho de 2025. Com esta liberação, Pitiguari passa a receber 100% da RAP do empreendimento.
- Entrada em operação comercial em junho de 2025.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT 230kV Açailândia – Dom Eliseu II e para LT 230kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT 230 kV Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a SE Açailândia, SE Dom Eliseu II e LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em junho de 2024.
- Licença de Instalação para o seccionamento da LT 500 kV Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III em outubro de 2024.
- Licença de Instalação para a LT 230 kV Açailândia – Dom Eliseu II em novembro de 2024.
- Entrada em operação parcial – energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1 de 500 kV entre fevereiro e março de 2026.
- Entrada em operação parcial – energização da SE Açailândia em abril de 2026.
- Avanço físico: 99,2% em 31 de março de 2026.

Resultados do 1º trimestre de 2026



Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Entrada em operação parcial – Conversora Garabi I em abril de 2026.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 95,8% em 31 de março de 2026.

Juruá

- Constituição da empresa Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 3 do Leilão 02/2024.
- Assinatura do contrato de concessão em 9 de dezembro de 2024.
- Avanço físico: 14,2% em 31 de março de 2026.

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans relativo à substituição do banco de capacitores na SE Imperatriz e na SE Colinas.
- Emissão do Termo de Liberação referente à parte das instalações da Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em novembro de 2024
- Emissão do Termo de Liberação referente ao banco de capacitor da SE Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.850/2022 em dezembro de 2024
- Emissão Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em fevereiro de 2025.
- Entrada em operação comercial total em fevereiro de 2025.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 12.267/2022 em novembro 2022, posteriormente alterada via REA nº 13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforço na concessão TSN relativo à instalação do 3º Autotransformador 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões na SE Bom Jesus da Lapa II.
- Emissão do Termo de Liberação em setembro de 2025, representando 100% da RAP do empreendimento.
- Entrada em operação comercial em setembro de 2025.

Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.524/2023 em abril de 2023, posteriormente alterada via REA nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforço na concessão São Pedro relativo à instalação de seccionamento da LT 230kV Rio Grande II – Barreiras II e módulos na SE Barreiras.
- Obtenção de Despacho ANEEL nº 677/2024, em março de 2024, para implantar reforço relativo à instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.
- Entrada em operação comercial do projeto da REA nº 15.027/2024 em novembro de 2025.
- Avanço físico (Despacho nº 677/2024): 45,8% em 31 de março de 2026.
- Nova obtenção do Despacho ANEEL nº 420/2026, em fevereiro de 2026, para implantar reforço relativo à instalação do 4º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.

Resultados do 1º trimestre de 2026



Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforço na concessão ATE relativo à instalação do 2º Autotransformador 500/440 kV, 3x500 MVA e conexões na SE Assis.
- Avanço físico: 83,4% em 31 de março de 2026.

Reforços ATE III

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.196/2024, em março de 2024, para implantar reforço na concessão ATE III relativo à instalação do 2º Banco de Reatores de Barra Monofásicos de 3 x 45,3 Mvar na SE Itacaiúnas.
- Entrada em operação comercial em março de 2026.

Reforços EATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão EATE referente a substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC2 MA) e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar Açailândia BC3 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC3 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 70,7% em 31 de março de 2026.

Reforços ENTE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão ENTE referente a substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar P. Dutra BC3 MA) em SE6Presidente Dutra, substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC4 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC4 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 41,2% em 31 de março de 2026.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.7. Resultado Societário (IFRS)

3.7.1. Receita Líquida

A Receita Líquida IFRS do 1T26 foi de R\$ 1.037,4 MM, 5,5% maior que o 1T25, impulsionada principalmente por maiores investimentos em Ananai, Juruá e reforços na ATE e São Pedro, e menor Parcela Variável. Estes efeitos foram parcialmente compensados por menor receita de correção monetária em função do menor IGP-M no período e menores investimentos em Tangará, Saira (2ª fase) e Pitiguari e reforços de Novatrans devido às suas entradas em operação.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a TAESA contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo de contrato da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do primeiro trimestre de 2026 foram:

Mês	IGP-M	IPCA	Mês	IGP-M	IPCA
dez/25	-0,01%	0,33%	dez/24	0,94%	0,52%
jan/26	0,41%	0,33%	jan/25	0,27%	0,16%
fev/26	-0,73%	0,70%	fev/25	1,06%	1,31%
Acumulado 1T26	-0,33%	1,37%	Acumulado 1T25	2,29%	2,00%

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Operação e manutenção	287,4	268,3	7,1%
Remuneração do ativo contratual de concessão	294,4	291,8	0,9%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	92,0	231,5	-60,3%
Implementação de infraestrutura	444,5	268,0	65,9%
Total Receitas IFRS	1.118,3	1.059,6	5,5%
Parcela variável	(3,1)	(6,7)	-54,8%
Outras receitas operacionais	7,7	13,6	-43,4%
Receita operacional bruta	1.123,0	1.066,5	5,3%
PIS e COFINS	(59,4)	(57,2)	4,0%
ISS	(0,1)	(0,2)	-34,4%
ICMS	(0,0)	(0,1)	-99,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,1)	(26,3)	-0,6%
Deduções da receita operacional bruta	(85,6)	(83,6)	2,4%
Receita operacional líquida	1.037,4	982,9	5,5%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da TAESA refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento de 7,1% da receita de O&M se deve, principalmente, ao reajuste de 5,32% (IPCA) do ciclo 2025-2026 para as concessões de categoria 3 e de +7,03% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2, além da entrada em operação de Pitiguari.
- **Remuneração do ativo de contrato:** O aumento de 0,9% entre os trimestres, se deve principalmente à entrada em operação de Pitiguari e ao efeito da correção monetária sobre o ativo de contrato indexados ao IPCA, compensados parcialmente pela queda natural do ativo e pelo efeito deflacionário dos contratos indexados ao IGP-M.
- **Correção monetária do ativo de contrato:** A receita de correção monetária apresentou uma queda na comparação anual de R\$ 139,5 MM em função dos menores IGP-M (-0,33% no 1T26 vs. +2,29% no 1T25) e IPCA (+1,37% no 1T26 vs. +2,00% no 1T25).

Resultados do 1º trimestre de 2026



- **Implementação de infraestrutura:** O aumento de R\$ 176,5 MM na receita de implementação se deve, basicamente, aos maiores investimentos realizados em Ananaí e Juruá e nos reforços de ATE e São Pedro. Estes efeitos foram compensados, em parte, por menores investimentos em Tangará e Saíra (2ª fase) e pela entrada em operação de Pitiguari e reforços de Novatrans.
- **Parcela variável (PV):** Idem explicação da Parcela Variável do resultado regulatório. Vide seção 3.3.1.
- **Outras receitas operacionais:** A redução de 43,4% se deve, principalmente, à contabilização de receita de Pitiguari e dos reforços da Novatrans registrada nesta linha no 1T25, compensado parcialmente pelo recebimento da RAP parcial de Tangará no 1T26.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 2,4% na comparação entre 1T26 versus 1T25 em função, principalmente, do aumento do PIS/COFINS diferidos, compensado em parte pela redução da receita de correção monetária.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.7.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 431,1 MM no 1T26, 11,8% maior quando comparado ao 1T25.

R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Pessoal	(67,3)	(62,2)	8,3%
Material	(318,1)	(290,9)	9,4%
<i>Custo de O&M</i>	<i>(4,7)</i>	<i>(21,2)</i>	<i>-77,9%</i>
<i>Custo de infra</i>	<i>(312,2)</i>	<i>(268,6)</i>	<i>16,2%</i>
<i>Outros materiais</i>	<i>(1,3)</i>	<i>(1,1)</i>	<i>14,7%</i>
Serviço de terceiros	(17,7)	(17,9)	-1,2%
Outros	(4,9)	(6,8)	-27,2%
Total	(408,1)	(377,7)	8,0%
Depreciação e amortização	(23,0)	(7,9)	191,6%
Total	(431,1)	(385,6)	11,8%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** Idem explicação do custo de Pessoal do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Material:**
 - **Custo de O&M:** A redução de R\$ 16,5 MM foi influenciada principalmente por menores custos de O&M em Novatrans, compensados parcialmente por maior investimento em Janaúba.

Custo de Implementação: O aumento de R\$ 43,6 MM na comparação entre 1T26 e o 1T25 se deve, principalmente, por maiores investimentos em Ananai (+R\$ 117,7 MM), Juruá (+R\$ 8,5 MM), e nos reforços da ATE (+R\$ 63,7 MM) e ATE III (+R\$ 5,8 MM), compensados por menores investimentos no retrofit de Saíra (-R\$ 73,4 MM), Tangará (-R\$ 67,8 MM) devido ao avanço destes projetos e no projeto de Pitiguari (-R\$ 20,0 MM) devido à sua energização.
 - **Outros materiais:** Idem explicação do custo de Materiais do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Serviços de terceiros:** Idem explicação do custo de Serviços de terceiros do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Outros:** A redução de R\$ 1,9 MM se deve, principalmente, ao efeito positivo de revisão da margem (contrato oneroso) do empreendimento em construção de Saíra.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 15,1 MM entre os trimestres refere-se, basicamente, à entrada em operação de novos ativos unitizados pela Companhia.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.7.3. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 1T26 totalizou R\$ 110,2 MM, 35,2% menor que o 1T25.

Equivalência Patrimonial IFRS			
MM	1T26	1T25	Var.%
ETAU	5,5	8,0	-31,0%
TBE	54,6	97,3	-43,9%
Aimorés	10,3	15,4	-32,9%
Paraguaçu	14,1	23,5	-40,1%
Ivaí	25,8	25,9	-0,7%
Total Equivalência Patrimonial	110,2	170,1	-35,2%

A redução de 35,2% MM no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 1T26 e o 1T25, se deve principalmente a: (i) redução da receita de correção monetária em função do menor IGP-M e IPCA entre os períodos, com maior impacto em Ivaí e TBE; (ii) aumento das despesas financeiras relacionadas às novas emissões de dívidas das empresas Aimorés, Paraguaçu e TBE ao longo de 2025; e (iii) redução do benefício fiscal concedido pela SUDAM às concessões ENTE e ETEP da TBE, atualmente em processo de renovação. Estes efeitos foram compensados parcialmente pelo (i) aumento da Receita de Implantação de Infraestrutura, decorrente dos investimentos nos reforços na EATE e ENTE (TBE), (ii) redução das despesas financeiras de Ivaí devido à queda do IPCA entre os trimestres comparados, e (iii) reconhecimento de IR diferido em Ivaí e TBE.

3.7.4. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 308,7 MM no 1T26, 10,3% menor que o registrado no 1T25.

Resultado Financeiro IFRS			
R\$ MM	1T26	1T25	Var.%
Receitas Financeiras	34,2	21,8	57,3%
Renda de aplicação financeira	31,4	20,2	55,8%
Outras receitas financeiras	2,8	1,6	76,1%
Despesas Financeiras	(342,9)	(366,1)	-6,3%
Juros incorridos	(233,8)	(219,9)	6,3%
Variações monetárias	(113,4)	(136,5)	-17,0%
Variações Cambiais	3,0	(5,3)	n/a
Ajuste ao valor justo	10,4	-	n/a
Marcação a Mercado	(10,4)	-	0,0%
Arrendamento	(0,0)	(0,0)	-72,0%
Outras despesas financeiras	1,3	(4,3)	n/a
Total IFRS	(308,7)	(344,3)	-10,3%

Idem explicação do Resultado Financeiro Regulatório. Vide seção 3.3.6.

Resultados do 1º trimestre de 2026



3.7.5. Impostos

A redução de R\$ 3,4 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 1T26 e 1T25 é explicado, principalmente, pela eficiência tributária das empresas enquadradas no regime de lucro presumido, motivada pelo prejuízo contábil de Ananaí em 2025, e maior aproveitamento do benefício SUDAM/SUDENE. Estes efeitos foram compensados, em parte, pela baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio no 1T25, aumento do lucro tributável, e mudança do regime tributário da São Pedro para lucro real impactando a linha de benefício do lucro presumido.

R\$ MM	IFRS		
	1T26	1T25	Var. %
Conciliação Imposto			
Lucro antes dos impostos (EBT)	408,2	423,1	-3,5%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(110,2)	(170,1)	-35,2%
Base excluindo EP	297,9	253,0	17,8%
JCP distribuídos/recebidos	-	-	0,0%
Lucro Tributável	297,9	253,0	17,8%
IRCS (alíquota 34%)	(101,3)	(86,0)	17,8%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	33,0	(3,8)	-
Benefício SUDAM/SUDENE	17,9	2,6	596,2%
Outros	(4,1)	29,3	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(54,5)	(57,9)	-5,9%
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	18,3%	22,9%	-4,6 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-15,7%	-11,1%
JCP	0,0%	0,0%
Lucro Presumido	-11,1%	1,5%
SUDAM/SUDENE	-6,0%	-1,0%
Outros	1,4%	-11,6%
Alíquota Efetiva	18,3%	22,9%

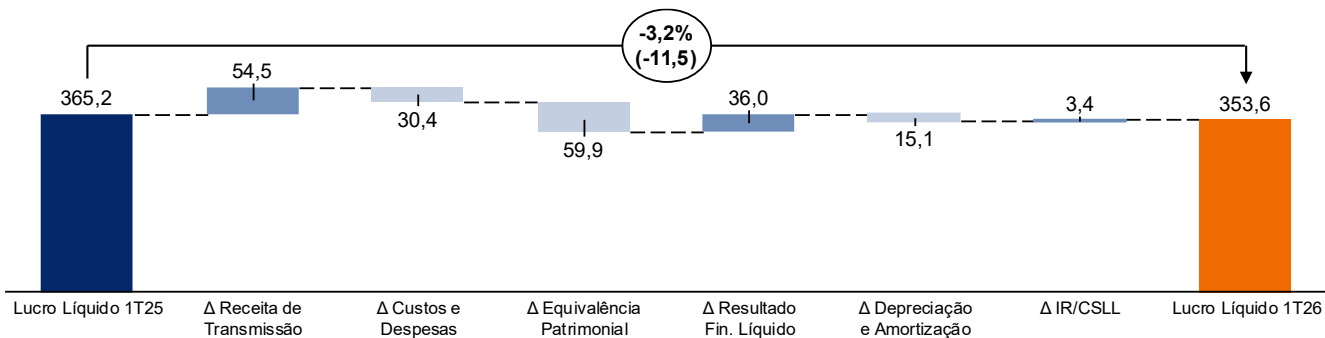
Resultados do 1º trimestre de 2026



3.7.6. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 353,6 MM no 1T26, apresentando uma redução anual de 3,2%.

Lucro Líquido IFRS – 1T26:



Resultados do 1º trimestre de 2026



4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Valor Residual

A partir do saldo atual do ativo imobilizado das concessões da TAESA, foram calculados a depreciação anual média e o valor residual de cada concessão. O objetivo é dar transparência aos valores não depreciados das concessões ao fim dos seus respectivos contratos.

Conforme as notas explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias, a depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pela ANEEL. O valor residual é determinado a partir da parcela não amortizada de bens em serviço pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização), e pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória ou de novos investimentos realizados na concessão.

Cumprir esclarecer que a regulamentação vigente é silente quanto a certas premissas que poderão ser utilizadas pela ANEEL, assim não há como garantir que estes valores serão considerados como indenização no vencimento destes contratos. O valor residual é utilizado pela Companhia como uma aproximação do valor da indenização no ativo de contrato no IFRS. Pelas práticas contábeis adotadas pela Companhia, os valores não são corrigidos pela inflação, isto é, eles seguem os valores históricos.

Vale destacar que as tratativas para a regulamentação deste tema foram iniciadas por meio da Tomada de Subsídios 008/2024 que trata do processo de renovação/relicitação das concessões vincendas nos próximos anos. Com a conclusão das fases na Tomada de Subsídios relativas à regulamentação técnica e metodologia da indenização, a ANEEL abriu a Consulta Pública 043/2025, encerrada em 10/03/2026, para tratar das definições do modelo contratual aplicável às concessões vincendas e, sobretudo, o tratamento regulatório das indenizações de ativos ao término das outorgas

De acordo com a ANEEL, haverá ainda uma nova etapa do processo no primeiro semestre de 2026, destinada à regulamentação técnica e à metodologia de indenização, com base na minuta de Resolução Normativa a ser publicada. A conclusão do processo está prevista para o segundo semestre de 2026.

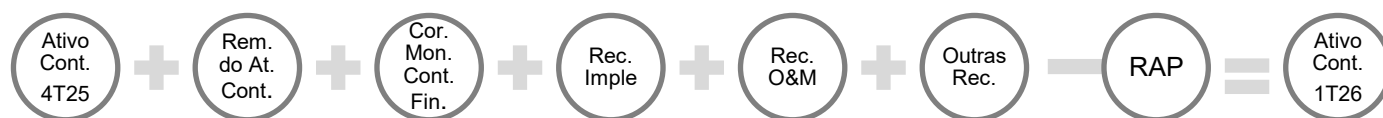
As concessões da TAESA possuem em torno de R\$ 3,2 bilhões de valor residual, sendo R\$ 2,2 bilhões na TAESA Consolidado e aproximadamente R\$ 1 bilhão entre os grupos TBE e AIE. Vale mencionar que estes valores são (i) proporcionais à participação da TAESA em cada concessão, (ii) valores futuros no momento do vencimento de cada concessão, (iii) não consideram nenhuma correção pela inflação por serem valores históricos, e (iv) não consideram as concessões leiloadas a partir de 2019, uma vez definida a regra pela ANEEL de que os investimentos iniciais desses projetos devem ser necessariamente amortizados durante o prazo da concessão.

Segue a abertura do valor residual histórico, conforme premissas acima, por ano de vencimento:

Ano Vencimento	Valor Residual (R\$ bi)	% Reforços & Melhorias
2030-2032	1,1	~25%
2034-2036	0,6	~10%
2038-2039	0,1	~10%
2042-2043	0,2	~10%
2046-2049	1,3	~15%
Total	3,2	~17%

Resultados do 1º trimestre de 2026

4.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM										
Concessão	Taxa Anual ¹	Ativo Contratual 4T25	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	1T26	
NOVATRANS	10%	1.507,5	48,4	(3,6)	1,1	51,5	0,1	(135,9)	1.469,1	
TSN	10%	809,1	18,3	(1,5)	0,1	97,3	(0,3)	(130,4)	792,7	
MUNIRAH	11%	64,0	1,6	(0,2)	(0,2)	6,5	0,0	(8,8)	62,8	
GTESA	11%	25,7	0,7	(0,1)	0,0	1,0	1,5	(3,8)	24,9	
PATESA	8%	110,9	2,1	(0,3)	0,0	2,7	(0,0)	(7,1)	108,3	
ETEO	10%	320,7	7,8	(0,9)	0,0	19,5	0,0	(40,8)	306,5	
NTE	15%	352,9	12,2	(1,0)	0,0	15,9	(0,0)	(35,6)	344,5	
STE	10%	292,6	7,2	(0,8)	0,0	6,3	(0,0)	(19,8)	285,5	
ATE	9%	643,2	12,7	(1,6)	79,2	12,2	(0,0)	(34,5)	711,2	
ATE II	8%	777,5	15,6	(2,1)	0,1	27,4	(0,0)	(54,0)	764,6	
ATE III ¹³	7%	496,7	7,2	4,7	11,2	13,8	0,3	(26,2)	507,7	
ETAU ³	18%	95,3	1,7	(0,4)	-	3,9	2,3	11,2	114,1	
BRASNORTE ³	6%	251,7	6,8	3,1	-	0,9	0,9	(10,6)	252,8	
SÃO GOTARDO ¹	5%	75,7	1,0	1,0	-	0,3	0,0	(2,0)	76,0	
SÃO JOÃO ¹³	5%	691,3	10,5	8,7	-	2,6	-	(17,6)	695,4	
SÃO PEDRO ¹³	7%	873,4	13,1	10,3	12,4	2,3	2,9	(24,0)	890,3	
LAGOA NOVA ¹³	9%	150,7	3,3	2,0	-	0,6	(0,0)	(4,4)	152,1	
MARIANA ¹³	6%	280,5	4,0	3,6	-	0,5	0,0	(6,0)	282,6	
MIRACEMA ¹³	9%	723,5	16,7	9,8	0,3	5,4	0,8	(34,0)	722,5	
JANAÚBA ¹³	10%	2.486,1	58,1	32,5	-	7,0	0,0	(73,3)	2.510,4	
SANT'ANA ¹³	9%	838,5	18,9	11,0	-	2,1	(0,3)	(22,9)	847,3	
ANANAÍ ²	7%	2.069,8	-	-	240,0	-	-	-	2.309,8	
PITIGUARI ²	5%	305,0	3,5	4,1	-	0,9	-	(5,9)	307,7	
SAÍRA ²	9%	1.424,7	24,6	13,3	11,2	10,3	0,7	(35,1)	1.449,8	
TANGARÁ ²	5%	1.299,4	-	-	79,0	-	0,8	(0,8)	1.378,4	
JURUÁ ²	6%	2,1	-	-	10,2	-	-	-	12,3	
AIMORÉS ¹³⁴	8%	547,0	10,4	7,2	-	2,3	0,0	15,0	581,8	
PARAGUAÇÚ ¹³⁴	8%	858,4	16,1	11,2	-	2,7	0,0	22,4	910,8	
IVAÍ ¹³⁴	8%	2.171,0	76,0	-	-	-	-	(20,5)	2.226,5	
EATE ³	7%	815,8	8,8	(3,8)	42,9	12,0	0,0	(8,8)	866,9	
EBTE ¹	4%	426,6	3,7	5,1	-	4,3	2,5	(3,7)	438,5	
ECTE	6%	63,1	0,7	(0,9)	-	4,5	0,0	(0,7)	66,8	
EDTE ¹³	9%	453,1	1,6	5,9	-	9,7	(0,0)	(1,6)	468,8	
ENTE	6%	516,2	4,5	(1,5)	12,3	7,0	0,0	(4,5)	534,0	
ERTE	5%	108,0	1,6	(0,3)	-	1,4	0,0	(1,6)	109,1	
ESDE ¹	7%	71,9	0,5	0,9	-	1,1	0,2	(0,5)	74,1	
ESTE ¹³	8%	747,3	3,5	9,8	-	14,4	(0,0)	(3,5)	771,5	
ETEP	6%	173,0	2,8	(0,5)	-	2,4	0,0	(2,8)	175,0	
ETSE ¹	6%	67,2	0,3	0,9	-	1,0	0,1	(0,3)	69,1	
LUMITRANS	5%	55,8	0,6	0,2	-	0,6	0,0	(0,6)	56,6	
STC ¹	5%	67,8	1,0	0,8	-	0,8	1,1	(1,0)	70,4	
TRANSIRAPE ⁵	8%	105,7	0,9	(0,3)	-	1,6	2,0	(0,9)	109,1	
TRANSESTE ⁵	10%	100,6	0,7	(0,3)	-	2,4	(0,0)	(0,7)	102,7	
TRANSUDESTE ⁵	8%	69,1	0,6	(0,2)	-	1,3	(0,0)	(0,6)	70,2	
Total		24.386,0	430,3	125,8	499,7	360,5	15,7	(737,0)	25.081,0	

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

Resultados do 1º trimestre de 2026



4.3. DRE 1T26

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	1T26	1T25	Var.%	1T26	1T25	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	725.395	669.617	8,3%
Operação e manutenção	287.392	268.254	7,1%	-	-	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	294.400	291.839	0,9%	-	-	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	92.003	231.530	-60,3%	-	-	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	444.533	267.999	65,9%	-	-	-	
Outras receitas operacionais	7.718	13.646	-43,4%	341	432	-21,1%	
Parcela variável	(3.051)	(6.749)	-54,8%	(3.051)	(6.749)	-54,8%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.122.994	1.066.520	5,3%	722.684	663.300	9,0%	
PIS e COFINS	(59.445)	(57.151)	4,0%	(40.956)	(38.897)	5,3%	
ISS	(102)	(155)	-34,4%	(102)	(155)	-34,4%	
ICMS	(1)	(63)	-99,1%	(1)	(63)	-99,1%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26.093)	(26.257)	-0,6%	(26.093)	(26.257)	-0,6%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(85.641)	(83.626)	2,4%	(67.152)	(65.372)	2,7%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.037.353	982.894	5,5%	655.533	597.928	9,6%	
Pessoal	(67.310)	(62.178)	8,3%	(67.310)	(62.178)	8,3%	
Material	(318.145)	(290.875)	9,4%	(1.276)	(1.112)	14,8%	
Serviços de terceiros	(17.722)	(17.931)	-1,2%	(17.722)	(17.931)	-1,2%	
Outras despesas operacionais	(4.926)	(6.762)	-27,2%	(7.096)	(7.086)	0,1%	
Custos e Despesas	(408.102)	(377.746)	8,0%	(93.403)	(88.307)	5,8%	
Depreciação e amortização	(23.003)	(7.888)	191,6%	(128.467)	(90.380)	42,1%	
Custos, Despesas e D&A	(431.105)	(385.634)	11,8%	(221.871)	(178.687)	24,2%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	606.248	597.260	1,5%	433.662	419.242	3,4%	
Resultado de equivalência patrimonial	110.226	170.117	-35,2%	90.423	98.501	-8,2%	
Receita financeira	34.240	21.770	57,3%	34.240	21.770	57,3%	
Renda de aplicação financeira	31.419	20.168	55,8%	31.419	20.168	55,8%	
Outras receitas financeiras	2.821	1.602	76,1%	2.821	1.602	76,1%	
Despesas financeiras	(342.565)	(366.067)	-6,4%	(342.554)	(366.026)	-6,4%	
Empréstimos e financiamentos	(911)	25.471	-	(911)	25.471	-	
- Juros incorridos	(911)	(6.278)	-85,5%	(911)	(6.278)	-85,5%	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Variação cambial	-	29.841	-100,0%	-	29.841	-100,0%	
- Ajuste ao valor justo	-	1.908	-100,0%	-	1.908	-100,0%	
Instrumentos financeiros derivativos	15.463	(46.773)	-	15.463	(46.773)	-	
- Juros incorridos	1.703	(9.708)	-	1.703	(9.708)	-	
- Variação cambial	2.977	(35.157)	-	2.977	(35.157)	-	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	10.419	(1.908)	-	10.419	(1.908)	-	
Debêntures	(358.413)	(340.424)	5,3%	(358.413)	(340.424)	5,3%	
- Juros incorridos	(234.622)	(203.886)	15,1%	(234.622)	(203.886)	15,1%	
- Variações monetárias	(113.372)	(136.538)	-17,0%	(113.372)	(136.538)	-17,0%	
- Marcação a Mercado	(10.419)	-	-	(10.419)	-	-	
Despesa financeira – Arrendamento	(11)	(41)	-72,0%	-	-	-	
Outras despesas financeiras	1.307	(4.301)	-	1.307	(4.301)	-	
Resultado financeiro	(308.325)	(344.297)	-10,4%	(308.314)	(344.256)	-10,4%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	408.150	423.080	-3,5%	215.771	173.486	24,4%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(54.504)	(57.926)	-5,9%	(23.197)	14.790	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	353.646	365.154	-3,2%	192.574	188.276	2,3%	
EBITDA	629.251	605.147	4,0%	562.129	509.622	10,3%	
Margem EBITDA	60,7%	61,6%	-0,9 pp	85,8%	85,2%	0,5 pp	

Resultados do 1º trimestre de 2026



4.4. DRE Regulatório 1T26 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	11.213	173.679	14.984	22.364	56.531
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	-	(115)	-	(197)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.213	173.563	14.984	22.168	56.531
PIS e COFINS	(445)	(9.258)	(1.371)	(1.886)	(5.229)
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(491)	(5.887)	(186)	(277)	(697)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(936)	(15.145)	(1.557)	(2.163)	(5.926)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.277	158.419	13.427	20.004	50.605
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(741)	(8.334)	(401)	(640)	(415)
Material	(15)	(370)	(3)	(5)	(23)
Serviços de terceiros	(357)	(2.355)	(155)	(191)	(1.838)
Outras despesas operacionais	(86)	(1.193)	(85)	(98)	(464)
Custos e Despesas	(1.199)	(12.253)	(644)	(934)	(2.739)
Depreciação e amortização	(1.959)	(29.212)	(1.361)	(2.329)	(7.929)
Custos, Despesas e D&A	(3.158)	(41.465)	(2.005)	(3.263)	(10.668)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.119	116.954	11.422	16.742	39.937
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	335	6.343	212	393	3.207
Despesas financeiras	(48)	(46.739)	(4.389)	(8.047)	(32.471)
Resultado financeiro	287	(40.396)	(4.177)	(7.655)	(29.264)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.406	76.558	7.245	9.087	10.673
Imposto de Renda e Contribuição Social	(488)	(14.330)	(882)	(1.217)	(3.629)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.918	62.228	6.363	7.870	7.044
EBITDA	9.078	146.166	12.783	19.071	47.866
Margem EBITDA	88,3%	92,3%	95,2%	95,3%	94,6%

Resultados do 1º trimestre de 2026



4.5. DRE IFRS 1T26 (Subsidiárias)

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.939	31.740	2.312	2.699	8.134
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.715	63.155	10.387	16.053	40.213
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(350)	16.532	7.152	11.240	27.694
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	55.207	-	-	-
Outras receitas operacionais	2.342	5.917	-	0	-
Parcela variável	-	(115)	-	(197)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.646	172.436	19.851	29.796	76.042
PIS e COFINS	(113)	(9.686)	(1.811)	(2.577)	(7.034)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(491)	(5.887)	(186)	(277)	(697)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(604)	(15.573)	(1.997)	(2.854)	(7.731)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.042	156.864	17.853	26.942	68.310
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(741)	(8.334)	(401)	(640)	(415)
Material	(234)	(41.821)	220	114	(3.057)
Serviços de terceiros	(357)	(2.355)	(155)	(191)	(1.838)
Outras despesas operacionais	(86)	(1.193)	(79)	(89)	(361)
Custos e Despesas	(1.417)	(53.703)	(416)	(807)	(5.670)
Depreciação e amortização	(18)	(1.418)	(15)	(26)	(25)
Custos, Despesas e D&A	(1.435)	(55.121)	(431)	(833)	(5.695)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	5.606	101.743	17.423	26.109	62.616
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	335	6.343	212	393	3.207
Despesas financeiras	(48)	(46.739)	(4.390)	(8.049)	(32.471)
Resultado financeiro	287	(40.395)	(4.178)	(7.656)	(29.264)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	5.893	61.347	13.245	18.453	33.352
Imposto de Renda e Contribuição Social	(378)	(6.763)	(2.922)	(4.401)	(7.598)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.515	54.584	10.323	14.052	25.753
EBITDA	5.624	103.161	17.438	26.135	62.641
Margem EBITDA	79,9%	65,8%	97,7%	97,0%	91,7%

Resultados do 1º trimestre de 2026



4.6. Conciliação DRE IFRS x Regulatório

DRE 1T26 (em R\$ milhões)	SOCIETÁRIO				Conciliação SOC x REG	REGULATÓRIO			
	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações	TAESA consolidado proforma		TAESA consolidado proforma	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações
RAP	(0)	0	-	-	1.004	1.004	725	279	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	294	132	-	426	(426)	-	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato	92	62	-	154	(154)	-	-	-	-
Operação e manutenção	287	49	-	336	(336)	-	-	-	-
Implementação de infraestrutura	445	55	-	500	(500)	-	-	-	-
Parcela variável	(3)	(0)	-	(3)	-	(3)	(3)	(0)	-
Outras receitas	8	8	-	16	(16)	0	0	-	-
Receita bruta	1.123	306	-	1.429	(428)	1.001	723	278	-
Deduções da receita bruta	(86)	(29)	-	(114)	22	(93)	(67)	(26)	-
Receita operacional líquida - ROL	1.037	277	-	1.314	(406)	908	655,5	253	-
Pessoal	(67)	(11)	-	(78)	-	(78)	(67)	(11)	-
Materiais	(318)	(45)	-	(363)	361	(2)	(1)	(0)	-
Serviço de terceiros	(18)	(5)	-	(23)	-	(23)	(18)	(5)	-
Outros	(5)	(2)	-	(6)	(2)	(9)	(7)	(2)	-
EBITDA	630	215	-	845	(47)	797	562	235	-
Margem EBITDA	60,7%	77,6%	n/a	64,3%	23,5%	87,8%	85,8%	93,0%	n/a
Depreciação e amortização	(23)	(2)	-	(25)	(147)	(171)	(128)	(43)	-
Resultado operacional	607	213	-	820	(194)	626	434	192	-
Resultado de equivalência patrimonial	110	-	(110)	-	-	-	90	-	(90)
Resultado financeiro	(309)	(81)	-	(390)	0	(390)	(309)	(81)	-
Resultado antes dos impostos - LAIR	408	132	(110)	430	(194)	236	216	111	(90)
Impostos e contribuições sociais	(55)	(22)	-	(77)	33	(44)	(23)	(21)	-
Lucro líquido	354	110	(110)	354	(161)	192	192	90	(90)

Conciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ MM	1T26
EBITDA Societário	845
(-) Correção monetária - IFRS 15	(154)
(-) Receita de construção - IFRS 15	(500)
(-) Receita financeira - IFRS 15	(426)
(-) Receita de O&M e outras	(352)
(+) RAP	1.004
(+/-) PIS/COFINS diferidos	21
(+) CAPEX operacional	337
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	1.004
(+/-) Outros efeitos societários	(1.006)
EBITDA Regulatório	797

Resultados do 1º trimestre de 2026

4.7. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial			
R\$ mil	1T26		1T26
	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.091.121	-	1.091.121
Títulos e Valores Mobiliários	512.539	-	512.539
Clientes	273.463	-	273.463
Ativo contratual de concessão	1.715.892	1.715.892	-
Impostos e contribuições sociais	150.778	-	150.778
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.545	-	3.545
Dividendos e JCP a receber	14.203	-	14.203
Estoque	23.030	-	23.030
Outras contas a receber	79.561	-	79.561
Total do Ativo Circulante	3.864.132	1.715.892	2.148.240
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	41.064	-	41.064
Ativo contratual de concessão	15.572.045	15.572.045	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(90.823)	90.823
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.226.213	2.507.764	718.449
Clientes	22.428	-	22.428
Depósitos judiciais	142.526	-	142.526
Instrumentos financeiros derivativos	2.322	-	2.322
Outras contas a receber	15.978	-	15.978
Imobilizado	214.995	(9.950.871)	10.165.866
Intangível	167.000	(658.598)	825.598
Direito de uso	26	26	-
Total do Ativo Não Circulante	19.404.597	7.379.543	12.025.054
Total do Ativo	23.268.729	9.095.435	14.173.294
Passivos			
Fornecedores	253.843	-	253.843
Impostos e contribuições sociais	105.449	-	105.449
Empréstimos e financiamentos	4.993	-	4.993
Debêntures	1.078.550	-	1.078.550
Passivo de arrendamento	380	380	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	53.104	-	53.104
Taxas regulamentares	56.809	-	56.809
Outras contas a pagar	133.199	16.033	117.166
Total do Passivo Circulante	1.686.327	16.413	1.669.914
Empréstimos e financiamentos	37.738	-	37.738
Debêntures	10.561.165	-	10.561.165
Passivo de arrendamento	135	135	-
Instrumentos financeiros derivativos	172.339	-	172.339
Impostos e contribuições diferidos	1.513.488	1.508.146	5.342
Tributos diferidos	949.895	960.565	(10.670)
Provisão para contingências	190.847	2.594	188.253
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(84.724)	84.724
Fornecedores	1.819	-	1.819
Outras contas a pagar	195.732	-	195.732
Total do Passivo Não Circulante	13.623.191	2.386.749	11.236.442
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)	-	(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	3.784.357	-	3.784.357
Dividendos adicionais propostos	260.226	-	260.226
Ajuste de avaliação patrimonial	(79.789)	-	(79.789)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	6.526.972	(6.526.972)
Resultado do período	353.646	161.072	192.574
Atribuído a participação dos acionistas controladores	7.959.211	6.692.273	1.266.938
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	7.959.211	6.692.273	1.266.938
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	23.268.729	9.095.435	14.173.294

Resultados do 1º trimestre de 2026



4.8. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
	1T26
R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	192.574
Resultado de equivalência patrimonial	(90.423)
Depreciação e amortização	128.467
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	725
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(12.976)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e Financ	911
Juros e variações monetárias sobre debêntures	358.413
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(15.463)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.717
Tributos diferidos	945
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(2.308)
Despesa de atualização monetária de contingências	3.560
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(584)
	587.038
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(10.469)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	16.633
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	881
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	11.022
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(33.795)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	2.780
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(37.949)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	58.915
	8.018
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	595.056
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.738)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	581.318
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	43.308
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(323.609)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(280.301)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(908)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(617)
Captação de debêntures	799.590
Pagamento de debêntures - principal	(248.306)
Pagamento de debêntures - juros	(200.465)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos finan	1.428
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(302.214)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	48.508
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	349.525
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	741.596
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.091.121
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	349.525

Resultados do 1º trimestre de 2026

4.9. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
	1T26
R\$ mil	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	353.646
Resultado de equivalência patrimonial	(110.226)
Depreciação e amortização	22.916
Amortização de direito de uso	87
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	725
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(12.976)
Custo Implementação - provisão fornecedores	312.194
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	911
Juros e variações monetárias sobre debêntures	358.413
Juros passivo de arrendamento	11
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(15.463)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.024
Tributos diferidos	19.434
Remuneração do ativo contratual de concessão	(294.400)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(92.003)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(444.533)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(2.308)
Despesa de atualização monetária de contingências	3.560
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(584)
	153.908
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(10.469)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	430.626
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	16.633
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	881
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	11.022
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(345.989)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	2.780
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(40.010)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	58.915
	124.389
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	278.297
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.738)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	264.559
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	43.308
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(6.740)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	36.568
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(908)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(617)
Captação de debêntures	799.590
Pagamento de debêntures - principal	(248.306)
Pagamento de debêntures - juros	(200.465)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos finan	1.428
Pagamento de passivo de arrendamento	(110)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(302.214)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	48.398
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	349.525
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	741.596
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.091.121
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	349.525

Resultados do 1º trimestre de 2026



Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a TAESA não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, do grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da TAESA, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da TAESA, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

As informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos neste documento podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.